

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: A Crítica (A. M.)Class.: CPI de Intemacionaliz.Data: 14 de Junho de 1951Pg.: 183

CPI da Amazônia aprova roteiro de depoimentos

Comissão Parlamentar de Inquérito que investigará as ações que induzem a existência de um movimento organizado para levar à internacionalização da Amazônia, reuniu-se ontem e aprovou o roteiro de sus trabalhos. A CPI, presidida pelo deputado Atila Lins (PFL), iniciará suas atividades tomando o depoimento de ministros, embaixadores, bispos católicos responsáveis pelas missões religiosas que atual na região, chefes indígenas, presidentes da Funai, do Parlamento Amazônico e do CIMI, empresários e autoridades ligadas às questões ecológicas, inclusive os organizadores da ECO-92.

Pretendemos estabelecer um quadro o mais fiel possível da realidade amazônica de nossos dias, com rigorosa investigação em torno das atividades de organizações internacionais que, presumivelmente, estão a serviço de um movimento planejado e executado com o objetivo de arrebatar a Amazônia da soberania brasileira e confiá-la a interesses outros - disse Atila Lins.

Dispomos já de elementos que levam a esta conclusão e a aprovação, pela Câmara, da CPI revela a preocupação nacional ante à gravidade dos fatos - declarou o parlamentar, que no mês de abril fez um longo discurso no Congresso para denunciar o que classifica como "uma conspi-

ração internacional visando nos tomar a Amazônia".

Fatores Adversos - A CPI da internacionalização da Amazônia já reuniu elementos suficientes para dar sequência nas investigações, estando a receber denúncias documentadas sobre a atuação de grupos econômicos; organizações não governamentais nacionais e estrangeiras; segmentos oficiais nacionais ou estrangeiros; formulações político-estratégicas e doutrinárias de terceiros países acionadoras de pressões na opinião pública nacional e internacional; pressões de origem tecnológica ou militar e organismos internacionais manobrados contra os interesses brasileiros.

O alvo prioritário da investigação da CPI - explicou Atila Lins - será o estado: atual da situação amazônica, o que corresponde a uma leitura de sua realidade e o exame sobre até onde as ações detectadas atentam à soberania brasileira. Na conclusão dos trabalhos, a Comissão Parlamentar de Inquérito deve indicar medidas que se prestem a reverter o processo desnacionalizado. Acredito que o órgão dará extraordinária contribuição aos superiores interesses da Nação.